

# Desafios para o Ensino da Enfermagem, em contexto de Ensino Clínico

**Pedro Alexandre Ferreira**

Enf.º Graduado

Licenciado em Enfermagem e em Ciências da Educação

Centro Hospitalar de Lisboa

Zona Central

Hospital dos Capuchos

Neurocirurgia 2

**O ensino da enfermagem, em contexto de ensino clínico, nos últimos anos tem dado um maior protagonismo aos enfermeiros das unidades prestadoras de cuidados, na supervisão pedagógica dos alunos. Este facto conduziu ao estabelecimento de parcerias entre as instituições escolares e as unidades prestadoras de cuidados. Contudo, no decorrer deste processo verificou-se a existência de diversas dificuldades e constrangimentos que urge contrariar. É sobre este facto que este artigo pretende reflectir, avançando, simultaneamente, com algumas propostas concretas.**

A formação em enfermagem, desde há alguns anos, tem recorrido à colaboração dos enfermeiros das unidades prestadoras de cuidados para a orientação pedagógica das práticas clínicas. Este facto, modificou o posicionamento que estes enfermeiros detinham no seio do processo ensino-aprendizagem, em contexto de ensino clínico. Assim, transitaram de um estado de passividade ou de colaboração com o docente e os alunos, para um papel mais activo e central em todo este processo.

Esta situação condicionou, consequentemente, uma maior participação dos enfermeiros, acompanhada por uma maior responsabilização pelo processo ensino-aprendizagem dos alunos. Contudo, pouco foi feito para proporcionar aos enfermeiros um suporte pedagógico adequado e proporcional às novas solicitações educacionais. A frequência do Complemento de Formação, por parte de muitos enfermeiros orientadores, e

os protocolos de formação estabelecidos entre estes e algumas Escolas Superiores de Enfermagem, permitiu apenas sensibilizar uma fatia do universo total de orientadores para as problemáticas da formação. Assim sendo, muitos dos que continuaram e continuam a realizar a supervisão pedagógica de ensinamentos clínicos não obtiveram qualquer tipo de formação estruturada no campo pedagógico.

Se é certo que a supervisão pedagógica realizada por enfermeiros das unidades prestadoras de cuidados levanta algumas questões de ordem pedagógica, também é verdade que esta experiência tem sido bem sucedida, com uma crescente aceitação por parte dos docentes e bastante valorizada pelos alunos. Compreende-se, por isso, a necessidade de reflectir sobre as experiências já vivenciadas e encontrar soluções para as problemáticas já diagnosticadas.

A colaboração dos enfermeiros na formação inicial dos futuros profissionais encontra-se, pois, contemplada nos diversos diplomas que regulamentam a actividade desta classe. No Regulamento do Exercício Profissional dos Enfermeiros (REPE), mais precisamente no seu Capítulo IV, referente ao Exercício e Intervenções de Enfermagem, artigo 9º, atribui-se ao enfermeiro a responsabilidade de organizar, coordenar e executar a supervisão e a avaliação da formação de enfermeiros nas unidades prestadoras de cuidados, bem como, colaborar na elaboração de protocolos entre as Instituições de Saúde e as Escolas. Também no diploma que regulamenta a Carreira de Enfermagem, no seu Capítulo II, Secção I, referente à Área de Actuação de Prestação de Cuidados, estabelece-se que o enfermeiro e o enfermeiro graduado têm a responsabilidade de "colaborar na formação realizada na unidade de cuidados" e o enfermeiro especialista, a responsabilidade acrescida de "colaborar nos protocolos realizados no estabelecimento ou serviço".

Apesar da legitimação desta colaboração pedagógica, com as Escolas Superiores de Enfermagem, por estes dois diplomas legais, ao analisarmos o enquadramento profissional e edu-

cativo, compreendemos rapidamente as dificuldades com que muitos colegas se confrontam no seu exercício educacional. A carência de recursos humanos, a sobrecarga laboral, o grau de experiência profissional das equipas versus as solicitações das Escolas para ensinos clínicos, entre outros aspectos, condiciona, muitas vezes, a existência de realidades que pouco abonam para a qualidade da formação em enfermagem. Por exemplo, os tempos que os enfermeiros destinam para a orientação pedagógica dos seus alunos, muitas vezes, não são contabilizados pelos gestores das unidades, conduzindo, conseqüentemente, a uma sobrecarga de trabalho que tem reflexo, obviamente, no seu desempenho como formador. A primazia do doente face ao aluno conduz a situações dilemáticas de difícil resolução pelos profissionais. É necessário que as administrações hospitalares e dos Centros de Saúde estabeleçam verdadeiras políticas de formação, apoiando as chefias das unidades prestadoras de cuidados, proporcionando-lhes mais recursos materiais e humanos para uma efectiva colaboração na formação pedagógica em contexto de ensino clínico. O que se verifica é que são exclusivamente os profissionais que se empenham nesta tarefa que, afinal, é da responsabilidade de todo o Sistema de Saúde, pois é ele que irá beneficiar, futuramente, desta árdua e desgastante actividade, quando é exercida nas condições que actualmente se verificam.

Paralelamente, esta clara atribuição de responsabilidades aos enfermeiros das unidades de cuidados, não foi acompanhada por uma actividade formativa mais sistematizada, de forma a que os auxiliasse a encontrar as melhores estratégias e actividades pedagógicas nas diversas fases de supervisão, bem como, a dar resposta às dificuldades mais frequentemente encontradas no seu decurso. São conhecidas as dificuldades sentidas pelos orientadores aquando dos diversos momentos da avaliação, da selecção das estratégias de ensino, na resolução de dificuldades de aprendizagem, entre outros aspectos. Para além das contribuições dadas pelo Complemento de Formação em Enfermagem e pela formação integrada nalguns protocolos interinstitucionais, pouco mais se tem feito neste sentido. Também é verdade, que muita da formação recebida pelos enfermeiros é feita à custa do seu esforço pessoal, sem a devida co-responsabilização do sistema de ensino e das entidades laborais.

Esta situação poderia ser invertida através da construção de verdadeiras parcerias entre as Escolas e as Instituições de Saúde que passassem pelo estabelecimento e manutenção de uma relação privilegiada entre o enfermeiro orientador e a instituição escolar, na qual se desenvolveria um programa de formação pedagógica específico, com creditação de conhecimentos já adquiridos. É importante identificar e manter interlocutores privilegiados nos locais das práticas clínicas, dado que a presença destes, para além de proporcionar formadores para os ensinos clínicos, pode favorecer um intercâmbio interinstitucional mais alargado, como por exemplo, na dinamização de momentos formativos nos locais de trabalho, na colaboração em situações educativas no espaço escolar e na construção de um clima favorável ao desenvolvimento do ensino e da aprendizagem.

O incremento de acções de formação nos locais de trabalho, abordando temas relativos à orientação pedagógica, deveriam ser apoiados e estimulados pelas Escolas de um modo formal, por exemplo, com a presença de docentes que possuíssem uma relação mais próxima com aquela equipa de enfermagem. Estes deveriam ser pautados pela reflexão

sobre as práticas, segundo uma perspectiva de educação de adultos, recusando-se uma lógica escolarizada da formação, ou seja, evitando a mera transmissão de conceitos. Por outro lado, seria interessante levar os enfermeiros das unidades prestadoras de cuidados às Escolas, pedindo a sua colaboração nalguns momentos formativos. Esta participação proporcionaria aos alunos uma visão mais alargada e matizada do cuidar em enfermagem, contribuindo para a compreensão das dimensões que o compõem: o ser e o dever ser, ou seja, o que se faz e o que se preconiza. Duas dimensões complementares e não antagónicas, que se cruzam com as limitações e constrangimentos ligados aos contextos de trabalho.

É, pois, do encontro entre as experiências formativas dos enfermeiros orientadores e a análise pedagógica das situações educativas, realizadas pelos docentes, que se poderão clarificar estratégias para uma acção pedagógica adequada. De igual forma, a realização de cursos de formação nos Centros de Formação, aproveitando o seu "know how" e as dinâmicas formativas já enraizadas nestas instituições, apoiada em parcerias com as instituições escolares, poderá ser outra forma de proporcionar aos enfermeiros orientadores momentos de formação mais estruturados, com um perfil mais escolarizado, mas dando sempre espaço para a reflexão sobre as práticas.

A supervisão pedagógica das práticas clínicas assenta num complexo processo de ensino-aprendizagem, no qual o desempenho do orientador possui um papel fundamental para a prossecução dos objectivos estabelecidos e para avaliação do aluno. Desta forma, torna-se evidente a necessidade e a importância de lhe proporcionar uma formação adequada, quer em termos conceptuais, quer em termos metodológicos. Sem uma responsabilização informada, ou seja, sem tomadas de decisão pelos intervenientes com actividade formativa, em contexto de ensino clínico, assentes em princípios pedagógicos, dificilmente se poderá exigir deles mais do que uma acção que se baseia na sua "perspectiva pedagógica" do que nos fundamentos que a deveriam nortear.

Urge, portanto, iniciar um processo avaliativo desta modalidade formativa, no qual as instituições escolares deverão assumir um papel de liderança e de coordenação, em parceria com todos os intervenientes - direcções de enfermagem, enfermeiros chefes, enfermeiros orientadores e alunos -, dado o particular interesse das Escolas pela qualidade do processo formativo e dada a sua especial vocação para a análise das situações educativas, quer sejam elas em sala de aula, quer sejam em unidades prestadoras de cuidados.

Como conclusão, podemos dizer que o envolvimento dos enfermeiros das unidades prestadoras de cuidados, mais do que importante, torna-se necessário, dada a necessidade de adequar a formação dos futuros profissionais aos contextos de trabalho. Todavia, nesta perspectiva, a sua actividade formativa terá que ser fundamentada e esclarecida, o que nem sempre acontece, como sabemos. Por isso, torna-se imperioso formular estratégias de acção que promovam a qualidade na Formação em Enfermagem, através de um debate alargado, que envolva as comunidades escolares e as unidades prestadoras de cuidados e uma análise profunda das realidades educacionais e profissionais, co-responsabilizando as administrações das unidades prestadoras de cuidados na disponibilização de recursos e na valorização desta actividade, em termos formais.